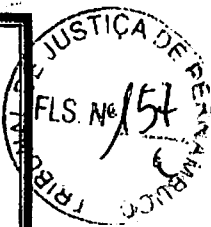




Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete da Desa. Helena Cadia Reis

032



HABEAS CORPUS Nº 202.256-4 CARUARU (Vara do Tribunal do Júri).

IMPETRANTES: Dra. MARIA ELIANE DA SILVA CONRADO;

RENATO LIZANDRO H. G. DA SILVA;

EDUARDO HENRIQUE FLORÊNCIO DOS SANTOS.

PACIENTE: **GIVANILDO CÍCERO DA SILVA.**

RELATOR SUBSTITUTO: Des. NIVALDO MULATINHO.

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Dr. RENATO DA SILVA FILHO.

ORGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL.

EMENTA: CONSTITUCIONAL, PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ART. 121, § 2º, I, III E IV, C/C ART. 29 DO CÓDIGO PENAL E ART. 1º, I DA LEI Nº 8.072/90. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO DA CONSTRICÇÃO CAUTELAR. EVENTUAL DELONGA JUSTIFICADA PELAS PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME

I - Motivos ensejadores da prisão subsistentes.

II - Inexistência de constrangimento ilegal. Princípio da razoabilidade.

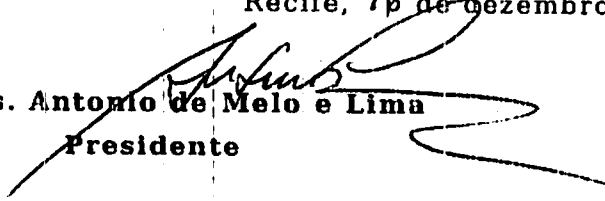
III- Ordem denegada. Decisão unânime.

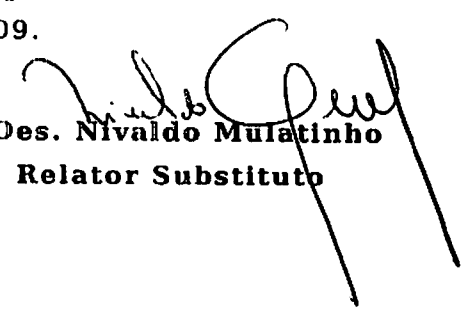
5039

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus nº 202.256-4, em que figura como paciente **GIVANILDO CÍCERO DA SILVA**, ACORDAM os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, na sessão de 16/12/2009, à unanimidade, em denegar a ordem pleiteada, nos termos do parecer ministerial, relatório e voto que seguem em anexo e passam a integrar este aresto.

Recife, 16 de dezembro de 2009.

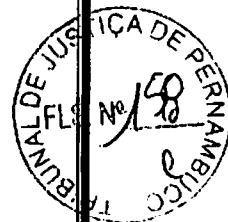

Des. Antonio de Melo e Lima
Presidente


Des. Nivaldo Mulatino
Relator Substituto



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete da Des. Helena Catão Reis

033



HABEAS CORPUS Nº 202.256-4 CARUARU (Vara do Tribunal do Júri).

IMPETRANTES: Dra. MARIA ELIANE DA SILVA CONRADO;

RENATO LIZANDRO H. G. DA SILVA;

EDUARDO HENRIQUE FLORÊNCIO DOS SANTOS.

PACIENTE: **GIVANILDO CÍCERO DA SILVA.**

RELATOR SUBSTITUTO: Des. NIVALDO MULATINHO.

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Dr. RENATO DA SILVA FILHO.

ORGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL.

RELATÓRIO

Cuida-se de pedido de Ordem de *Habeas Corpus* liberatório, com requerimento de concessão do provimento urgencial, ajuizado pela advogada Maria Eliane da Silva Conrado, inscrita na OAB/PE sob o nº 22.737-D e os acadêmicos Renato Lizandro H. G. da Silva, inscrito na OAB/PE sob o nº 6.338-E e Eduardo Henrique Florêncio dos Santos, em favor de **GIVANILDO CÍCERO DA SILVA**, qualificados nos autos, apontando como autoridade coatora o Juiz de Direito da Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Caruaru.

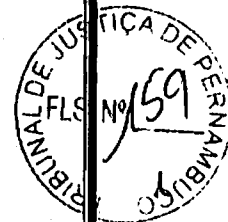
Alegam os impetrantes, na atrial de fls. 02/22, em síntese, que o paciente sofre constrangimento ilegal no seu direito de locomoção, posto que se encontram encarcerados há mais de **dois (02) anos e dez (10) meses**, sem que a instrução criminal tenha sido concluída. Refere a paralisação do feito, em face da não terem sido apresentadas algumas das testemunhas do *Parquet*, sem que a defesa, obviamente, tenha dado causa.

Aduzem, finalmente, o princípio da razoável duração do processo, insculpido no inciso LXXVIII do art. 5º da Carta Maior, introduzido pela Emenda Constitucional nº 45/2004.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete da Des. Helena Catlla Reis

034



Desse modo, requerem seja expedido, *in limine*, o competente Alvará de Soltura e que, ao final, seja concedida, em definitivo, a ordem.

Anexaram-se documentos (fls. 23/130).

Depreende-se da denúncia (cópia às fls. 23/28), que o paciente é acusado de ter cometido o homicídio que vitimou **Ana Cláudia do Nascimento**, então sua companheira (art. 121, § 2º, incisos I, III e IV c/c art. 29, ambos do Código Penal e art. 1º, inciso I da Lei nº 8.072/90). É ainda acusado de ter estuprado a filha da vítima fatal, a menor **Adrielly Cláudia do Nascimento**, sendo por esse crime processado na Terceira Vara Criminal de Caruaru.

O pleito liminar restou indeferido (decisão de fls. 136/137).

O Juiz *a quo* prestou as informações solicitadas (fls. 145/146).

Por meio do parecer da lavra do Exmo. Sr. Procurador de Justiça, Dr. Renato da Silva Filho, o Ministério Público pugnou pela denegação da ordem. (fls. 152/153).

É o relatório.

VOTO

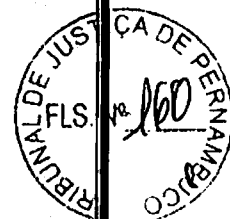
Cinge-se o presente pedido de Ordem de Habeas Corpus liberatório à alegação de que a permanência do paciente no cárcere, justificada atualmente por prisão preventiva, cause-lhe constrangimento ilegal, em virtude de excesso de prazo para a formação de culpa.

Compulsando as informações constantes dos autos, observo que o eventual retardo da marcha processual encontra justificativa plausível; ademais, a dilação prazal, como é sabido, não comporta análise meramente objetiva do lapso cronológico, admitindo-se uma maior delonga em face de eventuais peculiaridades do caso concreto.



*Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete da Des. Helena Coutta Reis*

035



O magistrado de 1ª Grau, ao prestar informações (fls. 145/146) deu conta de:

"O paciente Givanildo Cícero da Silva, conhecido por "Gê" ou "Buchudo", foi denunciado, juntamente com Reginaldo Duarte da Silva, em 15 de junho de 2007, como incurso nos tipos penais previstos nos arts. 121, § 2º, I (torpe), III (meio cruel) e IV (recurso que impossibilitou a defesa da vítima), c/c o art. 29, do Código Penal, e ainda o art. 1º, I, da Lei nº 8.072/90.

Narra a exordial acusatória que no dia 24 de janeiro de 2007, às margens da BR 104, nesta cidade [de Caruaru], os denunciados, em comunhão de ações e desígnios, e fazendo uso de instrumento perfuro-cortante (faca) e contundente (pedra), assassinaram a vítima Ana Cláudia do Nascimento, conforme perícia tanatoscópica de fls. 72 [do processo originário].

(...) Noticia-se, igualmente, estupro praticado por Givanildo (paciente), contra uma menor, de 11 anos de idade, filha da vítima Ana Cláudia, logo em seguida ao homicídio.

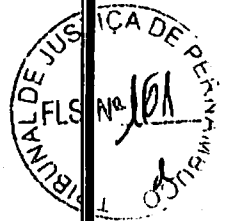
A vítima [fatal] mantinha um relacionamento amoroso de aproximadamente nove meses com o acusado Givanildo Cícero da Silva, entretanto o co-réu Reginaldo, amigo do casal, teria informado a Givanildo que a vítima pretendia ceifar-lhe a vida.

(...).



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete da Dea. Helena Costa Reis

036



A instrução pende da oitiva de duas testemunhas vestibulares e das defensivas. Uma delas é Adrielly Cláudia do Nascimento, exatamente a vítima do estupro havido na seqüência do homicídio (...).

Encaminhados os autos ao Mutirão Carcerário instaurado nesta Comarca no mês de agosto transato, a decisão ali proferida foi indeferitória. (...).

In casu, a despeito de um certo retardo na marcha processual, tem-se que a dilação prazal configura-se dentro dos limites da razoabilidade, pelas peculiaridades do caso concreto, inexistindo, portanto, constrangimento ilegal a ser sanado. A oitiva da vítima infante, por seu turno, trará a lume importantes aspectos acerca dos crimes, aspectos esses fundamentais para a formação do juízo de convencimento ensejador de eventual decisão pronunciatória.

Não se pode olvidar que o paciente está sendo acusado do cometimento dos crimes de homicídio qualificado contra sua ex-companheira e estupro de uma menor, de apenas 11 (onze) anos de idade; delitos gravíssimos, que em face da sua brutalidade e repugnância indicam contornos de prejuízo concreto à coleta da prova, bem como à manutenção da ordem pública.

Estão presentes, a toda evidência, no caso *sub judice*, os requisitos autorizadores da prisão preventiva, de acordo com o art. 312 do Código de Ritos Penais, com o fito de assegurar a conveniência da instrução criminal e a garantia da ordem pública.

Com efeito, a presumida necessidade da prisão preventiva, calcada na existência de indícios suficientes de autoria, corroborados pela confissão do acusado (fls. 66), e na



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete da Des. Helena Costa Reis

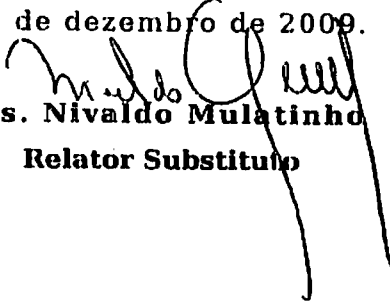
037



necessidade de salvaguardar a ordem pública, bem como a conveniência da instrução criminal, apontam para a manutenção da constrição cautelar.

Dessarte, anuindo com o pronunciamento exarado pelo douto Procurador de Justiça em matéria criminal, Dr. Renato da Silva Filho, e voto pela denegação da ordem.

Recife, 16 de dezembro de 2009.


Des. Nivaldo Mulatinho
Relator Substituto